

**Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata**

Em 16 de junho de 2001

Prova de Noções de Direito

Examinadores:
**Paulo Gustavo Gonet Branco
Márcio Pereira Pinto Garcia**

**Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até duas páginas**

QUESTÃO 1

A Senhora W, nacional de Pasárgada, onde tem domicílio, decide ir a Futurolândia, conhecer determinado museu. Para tanto, solicita concessão de visto ao Consulado-Geral de Futurolândia — condição necessária para que nacional de Pasárgada entre no território do país irmão. Após os trâmites consulares de estilo, ela recebe visto de turista com validade de sessenta dias. Com alguma dificuldade econômica, adquire as passagens e providencia reserva em hotel. Ao chegar a Futurolândia, agentes da imigração desconfiam da Senhora W. Trata-se de uma afro-pasargadense de alguma idade, que nunca tinha estado em território futurolandense. Determinam, assim, interrogatório. A Senhora W tem péssimo domínio do idioma local. A entrevista é desastrosa. Ela, de resto, não traz consigo dinheiro suficiente — pela ótica das autoridades locais — para permanecer duas semanas em Futurolândia. O desfecho do incidente é a denegação de entrada. A Senhora W é detida e acorrentada a um banco, no próprio aeroporto, aguardando a partida do primeiro voo para Pasárgada.

Transtornada com o ocorrido e com a perda do investimento feito (passagem, hotel etc.), ela procura orientação sobre eventuais medidas jurídicas a serem tomadas. Aconselhe-a sobre o que fazer.

QUESTÃO 2

Comente as seguintes observações: "Não se entende a razão de ser de tantos privilégios e imunidades de que gozam os agentes diplomáticos e consulares, nem das isenções fiscais de que se beneficiam as instalações diplomáticas. Pior, parece ser nitidamente abusivo estender tais privilégios a familiares e a pessoal de serviço. Mesmo o controverso argumento de que estes indivíduos seriam identificados com o próprio estado estrangeiro que os enviou parece não ter razão de ser quanto a seus familiares ou empregados".

QUESTÃO 3

Tendo em conta a natureza jurídica do direito das gentes na hora atual, comente a seguinte assertiva: "Assim como Sísifo foi condenado a repetir eternamente o mesmo trabalho, o direito internacional parece condenado a ter constantemente de justificar sua fundamentação e validade jurídica".

QUESTÃO 4

Um indivíduo foi expulso de determinada cooperativa, entidade privada, sem que lhe fosse dada oportunidade de defesa, já que os estatutos sociais não previam tal direito. Ele contesta em juízo essa decisão. Aponta, para tanto, o art. 5º, LV, da Constituição de 1988, que assegura "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral (...) o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". A cooperativa contra-argumenta, dizendo que os direitos fundamentais só podem ser invocados contra o Estado e não em desfavor de outros particulares. Analise a controvérsia.

QUESTÃO 5

Imagine que seja editada lei proibindo a concessão de passaporte a brasileiros em determinadas condições. Considere, ainda, que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado improcedente ação declaratória de constitucionalidade, tendo por objeto essa mesma lei. Suponha, por fim, que o Senado Federal não se tenha manifestado sobre a decisão. Cidadão nacional apresenta a funcionário brasileiro no exterior, competente para isso, pedido de concessão de passaporte que se enquadra na proibição contida na lei. Explique, de modo fundamentado, como o funcionário deve proceder.